



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N° 01/2020

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão aberta ao público, e em cumprimento do calendário das reuniões ordinárias do órgão previstas para 2019. A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:

Assuntos de iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata número 4/2019, referente à reunião do dia 21/10/2019;
2. Calendarização das reuniões ordinárias do Plenário para o ano de 2020;
3. Outros assuntos.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Plano de Atividades e Orçamento da UMinho para 2020;
2. Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da UMinho para 2020;
3. Proposta de fixação do valor das propinas a praticar nos cursos conferentes de grau da UMinho para o ano letivo de 2020/2021;
4. Participação da UMinho na Associação Built CoLAB – Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro;
5. Proposta de extinção da Associação Casa do Conhecimento;
6. Alienação de terreno no Campus de Azurém;
7. Alteração da designação da Escola de Arquitetura para Escola de Arquitetura, Arte e Design;
8. Alteração da designação do Instituto de Letras e Ciências Humanas para Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas;
9. Informações.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanromán, Ana Serrano, Diamantino Pereira, Eugénio Ferreira, Isabel Soares, Luís Amaral, Maria Helena Guimarães, Maria José Casa-Nova, Patrícia Jerónimo, Paulo Pereira, Sandra Paiva, Joana Domingues, João Rocha, Nuno Reis, Rui Oliveira, Manuel Carvalho da Silva, Maria da Graça Coelho, José Teixeira, Paula Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Joaquim Rocha e Victor Soares. A folha de presenças constitui o anexo I da presente ata.

Previamente ao início dos trabalhos, tomou posse como membro do Conselho Geral, representante dos Professores e Investigadores, a Professora Delfina Rosa da Rocha Gomes.

Assuntos de Iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata n.º 4/2019, referente à reunião do dia 21/10/2019

O Presidente informou que tinham sido incorporados no texto da ata os contributos recebidos e colocou à votação a ata nº 4/2019, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2. Calendarização das reuniões ordinárias do Plenário para o ano de 2020

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de calendarização das reuniões do Plenário do Conselho Geral para o ano de 2020, tendo sido fixadas as datas de 16 de março, 29 de junho, 12 de outubro e 14 de dezembro para a realização das referidas reuniões.

3. Outros Assuntos

Neste ponto foi proposto pelo Conselheiro Luís Amaral a inclusão na agenda da primeira reunião ordinária de 2020 de um ponto destinado à substituição de dois dos membros que constituem o Conselho de Curadores da UMinho, cujo mandato terminou em 12 de agosto de 2019.

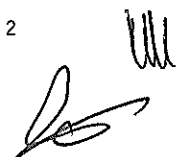
O pedido foi aceite pelo Presidente, tendo solicitado ao Conselheiro Luís Amaral a realização das diligências necessárias à indicação das individualidades a integrar o Conselho de Curadores em substituição daquelas que, por razões estatutárias, deverão cessar funções naquele órgão. No entanto, chamou a atenção para que essas individualidades devam possuir um perfil idêntico às cessantes, designadamente, que uma delas represente uma empresa importante da região e a outra uma instituição cultural, também ela da região.

Assuntos de Iniciativa do Reitor

1. Plano de Atividades e Orçamento da UMinho para 2020

O Reitor cumprimentou o Conselho e a Comunidade Académica e apresentou a justificação para o pedido de adiamento da reunião de dezembro, referido que o facto de o Orçamento Geral do Estado (OGE) não estar ainda aprovado e o Orçamento para o Ensino Superior ter sido foi objeto de discussão e negociações até aos últimos dias de novembro, impossibilitou a produção atempada da informação necessária para que os órgãos competentes da UMinho se pudessem pronunciar, razão pela qual dirigiu ao Presidente do Conselho o pedido de adiamento.

Procedeu de seguida à apresentação do Plano de Atividades para o ano de 2020, começando por recordar que este documento está balizado pelo Plano de Ação para o Quadriénio 2017-2021 e que, no que respeita aos níveis de concretização neles previstos, ele é regulado pelos planos de atividades dos anos de 2018 e 2019. Salientou ainda o facto de o Plano de Atividades poder vir a ser afetado pelas circunstâncias próprias nas quais a



Universidade desenvolve a sua atuação, seja pelas dinâmicas internas, seja pelas políticas do Ensino Superior que vão sendo adotadas no País.

Relativamente à estrutura do documento, informou que ela é semelhante à dos dois últimos Planos de Atividade apresentados ao Conselho, e que o mesmo inclui referências a medidas operacionais e indicadores de execução em função dos três eixos de missão fundamentais da atuação da UMinho: Educação; Investigação e Inovação; Interação com a Sociedade. Comporta ainda medidas e indicadores de execução para as três áreas de suporte à atividade institucional, nomeadamente, Desenvolvimento Institucional; Qualidade de Vida e Infraestruturas e Sustentabilidade Financeira. O documento integra também uma secção final na qual se agregam referências aos Projetos Institucionais Transversais.

Na área da Educação, referiu a preocupação em continuar a efetiva monitorização da oferta educativa, quer seja ao nível da graduação, bem como da pós-graduação, e destacou a entrada em funcionamento do Colégio Doutoral, considerando o ano de 2020 como decisivo para a concretização deste projeto. Referiu o objetivo de criação de melhores condições de integração dos estudantes na UMinho, que tem expressão nas medidas que se referem ao trabalho realizado sobre os percursos académicos dos estudantes, assim como sobre as perspetivas de carreira aquando da transição para o mercado de trabalho. Destacou ainda o compromisso assumido com a consolidação do programa de qualificação pedagógica dos docentes, estando previsto um número considerável de iniciativas orientadas para a sua capacitação pedagógica com forte articulação de entidades europeias.

Considerou que no eixo de missão da Investigação foram conseguidos avanços importantes, realçando a simplificação e aceleração dos procedimentos associados à gestão de projetos, bem como a existência de instrumentos que possibilitam o acompanhamento efetivo da gestão individual dos projetos de investigação. Referiu como sendo crítico o processo de contratação dos investigadores, configurando uma nova realidade que exige à Universidade atenção não só a medidas de integração e enquadramento, mas também à adoção de medidas relacionadas com a avaliação do trabalho por eles desenvolvidos. Neste âmbito, disse ter sido já apreciado pelo Conselho de Presidentes das Unidades Orgânicas o Regulamento de Avaliação dos Investigadores, que brevemente será colocado à discussão pública. Considerou a Ciência Aberta como sendo um domínio em que tem havido mudanças importantes, não só no que respeita ao acesso à produção científica, mas também aos dados que sustentam a mesma. Recordou que a UMinho tem sido pioneira/líder nesta área e que haverá em breve a este propósito um conjunto de iniciativas em associação com as Unidades de Investigação.

Ao nível da formação de recursos humanos associados à gestão da ciência e tecnologia, informou estar prestes a ser concluído o Processo de Regularização Extraordinário de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), o qual permitirá dotar as unidades de investigação dos recursos necessários ao desenvolvimento das suas atividades.

No eixo da Interação com a Sociedade, relevou o compromisso que o Plano de Atividades estabelece na continuidade de cooperação com as autarquias da região, quer ao nível da construção de edifício, assim como



em projetos de índole cultural e/ou de transformação das condições de vida nas cidades, e referiu também as Casas de Conhecimento como sendo um instrumento de consolidação das relações da UMinho com o território. Informou que, no âmbito das entidades participadas, e decorrente do aparecimento dos Laboratórios Colaborativos, será necessário proceder a um exercício de análise e revalidação das decisões de integração anteriormente tomadas, no sentido de se aferir se essas participações se mantêm em linha com a missão e objetivos da Universidade.

Mencionou também a entrada em funcionamento pleno da Editora UMinho e a transformação das funções do Largo do Paço, cuja redefinição está em linha com o que se pretende de uma Universidade aberta à sociedade, contribuindo para a sua vida social, política e económica.

Reiterou a importância da Internacionalização, em particular no que respeita à importância da participação da UMinho em entidades internacionais, apresentando como bons exemplos o trabalho desenvolvido no âmbito da European University Association (EUA) e da Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa (CRUSOE). Assinalou também a iniciativa a desenvolver com a Universidade de Macau, a qual poderá vir a constituir uma plataforma essencial entre as universidades da República Popular da China e as universidades dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Salientou ainda a importância do incremento do número de estudantes internacionais e em mobilidade (incoming e outgoing).

No âmbito da Qualidade Institucional, relevou o processo de certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, sistema no qual a UMinho teve um papel pioneiro. Referiu também a realização da revisão dos sistemas de informação existentes, em associação com medidas de modernização administrativa orientadas, sobretudo, para a simplificação de procedimentos. Fez referência ao processo de revisão do Regulamento Orgânico de Unidades e Serviços da UMinho, que se encontra na fase de consulta pública, documento no qual estão previstas alterações orgânicas expressivas que têm como principal objetivo a organização dos serviços, de modo a permitir à Universidade ser mais capaz de responder aos seus desafios. Ainda sobre este documento, informou que o mesmo será submetido à apreciação do Conselho na próxima reunião plenária.

Em relação à Qualidade de Vida e Infraestruturas, informou que em 2020 será dada continuidade ao plano de desenvolvimento integrado do Campus de Azurém, e que o mesmo será transposto para o Campus de Gualtar. Serão também melhorados os espaços pedagógicos, estando, para o efeito, praticamente fechadas duas intervenções em Braga e Guimarães relativas à inovação desses espaços. Disse haver também o compromisso com o desenvolvimento do plano de sustentabilidade ambiental e energética, o qual contará com contributos internos, de várias autarquias e parcerias internacionais.

Ao nível da Sustentabilidade Financeira, deu nota que o Conselho de Gestão se viu confrontado com a necessidade de aumentar as receitas próprias da Universidade, encontrando-se a trabalhar na elaboração de um despacho de

execução orçamental que irá prever incentivos aos professores e investigadores em função da captação de financiamento para a UMinho.

Por último, informou ser exetável que até ao final do ano de 2020 fique concluído o edifício *TERM RES hub*, situado no AvePark, possibilitando assim a expansão da atividade do I3Bs nas áreas de Engenharia de Tecidos e de Medicina Regenerativa, e salientou o reforço das relações com a Comunidade Alumni, assim como a continuidade dos projetos com a indústria e a relevância do projeto de natureza arqueológica a desenvolver na Ínsua das Carvalheiras.

Terminada a apresentação do Plano de Atividades, o Presidente solicitou a presença do Administrador da UMinho (Administrador), Prof. Doutor Carlos Menezes, para apresentação da proposta de Orçamento da Universidade para o ano de 2020.

Previamente à intervenção do Administrador, o Reitor fez uma breve contextualização da proposta apresentada, referindo que a elaboração da mesma assenta em três objetivos: que ela seja o mais rigorosa possível; que apresente maior transparência e que seja legível pelo conjunto da Comunidade. Informou que a proposta surge enquadrada por um conjunto de circunstâncias e medidas que têm impacto efetivo na sua configuração, em particular, a reposição integral dos acréscimos remuneratórios; a integração definitiva de trabalhadores através do PREVPAP e a redução do valor da propina máxima. Deu conhecimento que a dotação do OGE para a Universidade registou um aumento de cerca de 3.5 milhões de euros, mas que esse aumento se revela manifestamente insuficiente, na medida em que só a concretização do PREVPAP e do pagamento das valorizações remuneratórias irá representar para a UMinho um encargo adicional de 1.7 milhões de euros.

Chamou a atenção para o facto de se exigir a adoção de medidas muito rigorosas no que concerne ao aumento e diversificação das fontes de financiamento; à gestão rigorosa da receita e da despesa, bem como à gestão criteriosa das contratações.

O Presidente conferiu de seguida a palavra ao Administrador que iniciou a sua intervenção realçando a necessidade de a UMinho dever procurar aumentar a eficiência e a qualidade em todos os serviços; racionalizar os horários letivos de modo a reduzir os custos de funcionamento; dar continuidade à desmaterialização de procedimentos; gerir criteriosamente a contratação de pessoal docente e pessoal técnico, administrativo e de gestão, assim como melhorar a sua formação; criar um sistema de contabilidade analítica que permita a produção de indicadores de gestão para os diferentes órgãos da Universidade, para a Comunidade Académica e para os seus *stakeholders*. Recordou tratar-se de um documento previsional, cujos valores nele inscritos tiveram em consideração a execução orçamental dos três últimos anos.

Mostrou de seguida o mapa da execução da despesa dos últimos anos e esclareceu que o facto de a Universidade ter entrado em 2019 em saldo de gerência se ficou a dever, essencialmente, ao atraso verificado no pagamento

dos reembolsos por parte das entidades financiadoras - Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e a Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP).

Informou que o valor inicial do orçamento para o ano de 2020 é de 151,848.761 milhões de euros, os quais resultam da receita por via do OEG (63.502.788€); do montante das propinas e taxas (21.278.570€); dos projetos de I&D (58.698.441€); das vendas e prestações de serviços (4.649.768€); de transferências correntes (3.529.711€) e de outras receitas próprias (189.484€).

No que respeita à estrutura da despesa prevista, chamou particularmente a atenção para o aumento do valor previsto com despesas com pessoal, o qual deverá ascender aos 104.075.170€ e enunciou as restantes rúbricas: pagamentos a bolseiros – 9.500.000€; aquisição de bens e serviços – 26.548.231€; aquisição de bens de capital – 5.825.359€ e outras transferências correntes para os Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM), Associação Académica da UMinho (AAUM) e parceiros de I&D no valor de 5.900.000€.

Teceu de seguida algumas considerações sobre as transferências a realizar, em particular aquelas que dizem respeito à AAUM, esclarecendo que o montante a transferir resulta do valor da quota da AAUM paga pelos estudantes no ato da matrícula, cujo valor é de cerca de 1.2 M€.

Salientou a necessidade da UMinho diversificar as fontes de financiamento e procurar conter a despesa, bem como de procurar aumentar as participações e trabalhos prestados à Comunidade. Disse também ser de extrema relevância que as entidades financiadoras de projetos de I&D cumpram as suas responsabilidades, sob pena de causar grandes constrangimentos de tesouraria à Universidade.

Referiu de seguida o parecer do Fiscal Único, considerando que o facto de este concluir que a UMinho respeita o normativo e poder garantir uma base razoável para as previsões contidas na proposta constitui um bom sinal. Sublinhou o esforço que tem sido realizado com vista à melhoria da informação, sendo exetável que a reserva emitida no parecer sobre a o último relatório de contas deixe de existir.

Relativamente ao mapa do pessoal, informou que nele foram distribuídos os valores a dispor pela Universidade pelas diferentes categorias de trabalhadores, tendo em vista a busca de maior transparência.

Terminada a apresentação, o Presidente agradeceu a exposição e conferiu a palavra ao Presidente da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF), Conselheiro Luís Amaral, que deu a conhecer ao Conselho a apreciação da CE-GAIAF sobre o Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da UMinho para o ano de 2020. O memorando da CE-GAIAF será anexado à presente ata, dela fazendo parte integrante (anexo II).

Em resposta à apreciação e recomendações da CE-GAIAF, o Administrador começou por agradecer o louvor pelo esforço no sentido da transparência informativa e clarificação dos aspetos técnicos, considerando que há ainda muito trabalho a realizar para melhorar este e outros documentos financeiros futuros. Esclareceu que, ao contrário do ocorrido em orçamento de anos anteriores, na rúbrica “Outras Transferências” se encontram reconhecidas as previsões de montantes relativos a transferências a efetuar para os projetos de I&D, nacionais e internacionais,

assim como as previsões de transferências a efetuar para outras entidades, de entre as quais, os SASUM, a AAUM e vários hospitais, e o pagamento de participações sociais a efetuar noutras entidades. Informou que o aumento de cerca de 2M€ na rubrica "Outras" provém da inclusão na mesma dos valores inscritos nos orçamentos de anos anteriores na rubrica "Famílias". Deu conhecimento que o surgimento de uma nova rubrica "Pessoal em qualquer outra situação", com a dotação de quase 40 000, respeita à admissão de um trabalhador para a Casa Sarmento, por não se enquadrar em nenhuma das restantes rubricas, fruto do tipo de vínculo contratual. Sobre o teor do parecer do Fiscal Único, afirmou que este obedece ao definido pela International Standard on Assurance Engagements (ISAE 3400), registando-se a impossibilidade de emissão de um parecer que confira absoluta segurança de análise, por se tratar de informação prospetiva, baseada em previsões e pressupostos.

Abriu o debate a Conselheira Maria Helena Guimarães, cuja intervenção iniciou com uma referência à necessidade de se efetivar o instrumento Barómetro, relevando a importância deste instrumento para o Conselho, não só para a avaliação do funcionamento da Universidade, mas também para a governação da Universidade. No quadro das medidas de operacionalização da dimensão da educação, pediu indicação das medidas concretas tomadas pela UMinho para a adequação da oferta formativa ao novo regime de graus e diplomas, dado que outras universidades terão já avançado com essa adequação, e pediu esclarecimento sobre qual a designação que será efetivamente adotada para a nova estrutura de apoio a ensino doutoral - "Escola Doutoral" ou "Colégio Doutoral". Considerou diminuta a percentagem do orçamento atribuída para aquisições de bens e equipamentos (3,84%), na medida em que considera urgente uma intervenção nas salas de aula, de modo a equipará-las às existentes em outras instituições portuguesas e estrangeiras onde existem de forma generalizada sistemas integrados de projeção e de som. Relativamente à qualificação pedagógica, e muito embora o número de participantes nas atividades promovidas seja significativo, afirmou que ele poderia ser muito superior se essa participação se refletisse no sistema de avaliação dos docentes, sendo que, em algumas Escolas, a componente de educação representa apenas 30% da avaliação. No âmbito da referência no memorando da CE-GAIAF à construção de uma creche para os filhos dos trabalhadores da Universidade, compreendeu as restrições financeiras a ela subjacente, mas, na sua opinião, a existência desta estrutura poderia constituir uma forma de captar novos públicos, possibilitando aos pais com crianças pequenas e/ou famílias monoparentais a frequência de cursos ou programas de formação oferecidos pela UMinho.

Pediu explicação para o facto de se verificar uma diminuição da fonte de receita por via da prestação de serviços, e, relativamente à necessidade de se diversificarem as fontes de financiamento, disse ser necessária a realização de uma reflexão séria e sugeriu que uma das fontes a ser considerada fosse a solicitação de contribuições de ex-alunos. Relativamente às verbas remanescentes, que se encontram cativadas, questionou quando poderão ser acedidas. Por último, solicitou esclarecimentos sobre o parecer do Fiscal Único, no que respeita à referência a uma aprovação prévia do Orçamento, dado que o Orçamento não foi ainda alvo de aprovação pelo Conselho.

A Conselheira Maria José Casa-Nova considerou existir uma grande dispersão de atividades inscritas no Plano de Atividades, sendo possível constatar que mais de metade dessas atividades estão com um grau de execução abaixo dos 50% e várias com um grau de execução de apenas 33%. Tendo em consideração que o quadriénio está já a meio, questionou se não seria melhor dedicar maior atenção às atividades consideradas nucleares, na medida que nos dois anos que restam poderá não ser possível executar em pleno o Plano de Quadriénio 2017-2021. No que respeita aos protocolos e colaborações com outras universidades, referiu que gostaria de ver expresso no Plano de Atividades uma maior articulação com as Universidades dos Países de Língua Portuguesa, considerando estratégica para a Universidade a existência destas colaborações. Considerou que as atividades inscritas na tabela 6B, objetivo programático 2, página 32, estariam melhor integradas no interface com o eixo de missão da Interação com a Sociedade, dado que essas atividades são claramente desenvolvidas em interação com a sociedade, e pediu esclarecimento sobre o modo como se processará a revisão da política de *overheads*, os quais permitem o financiamento equilibrado dos gastos gerais, na medida em que a definição dos *overheads* dos projetos externos é realizada pelas entidades financiadoras.

No âmbito da política científica de acesso aberto (*open access*), a Conselheira Sandra Paiva chamou a atenção para a existência de um atraso significativo, por vezes de quase um ano, no pagamento das revistas, o que cria um enorme constrangimento aos investigadores e docentes. No seu entendimento, a Administração da Universidade deveria estabelecer mecanismos de alerta para que seja dada prioridade ao pagamento destas despesas, com vista ao cumprimento dos prazos. Sobre esta matéria, o Reitor concordou com a necessidade de serem encontrados mecanismos que sinalizem a natureza prioritária em termos temporais de certos tipos de despesas, de modo a evitar a ocorrência de danos de caráter reputacional para a Universidade.

A Conselheira questionou ainda quais as medidas que serão encetadas pela Reitoria para o reforço das prestações de serviços, na medida em que se assiste a um incentivo ao seu incremento, mas posteriormente os seus impulsionadores são confrontados com a cativação das verbas por eles angariadas.

O Conselheiro Rui Oliveira solicitou esclarecimentos sobre a afirmação do Administrador em como tinham sido transferidos 500.000€ relativos a quotas da AAUM, dado ser do seu conhecimento que o valor transferido foi de apenas 115.000€. Pediu também a indicação de quais as instituições sem fins lucrativos que estão também incluídas na rubrica "Outras" de transferências realizadas pela UMinho, na medida em que o valor transferido para a AAUM foi inferior a 230.000€, ficando assim muito aquém do 1.2M€ orçamentado.

Ainda neste âmbito, o Conselheiro Nuno Reis considerou importante que a AAUM e os SASUM não sejam incluídos numa rubrica que detém um valor tão elevado, pois poderá transmitir erradamente que estes contribuem de forma expressiva para o mesmo.

A Conselheira Ana Serrano agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Reitor e pelo Administrador e questionou quais as soluções que estão a ser equacionadas, para além da angariação de receitas próprias, com vista a

reverter os resultados operacionais negativos que estão previstos, dado que os saldos transitados negativos não permitirão libertar fundos de tesouraria.

Da análise do Plano de Atividades, a Conselheira Graça Coelho realçou o programa de qualificação pedagógica dos docentes, na medida em que as próximas gerações de estudantes a ingressarem na UMinho requererão novos modelos de ensino, sendo importante sensibilizar os docentes para estes novos programas de ensino. No que respeita à proposta de orçamento, considerou preocupante o resultado transitado negativo recorrente e, mais preocupante ainda, o facto de estar previsto um resultado líquido para 2020 também ele negativo. Reiterou a importância de se proceder à discussão sobre as novas formas de financiamento, com algumas sugestões abertas não só ao Conselho de Gestão, mas envolvendo outros órgãos e tendo em consideração os bons exemplos a nível internacional.

Terminadas as intervenções dos Conselheiros, o Presidente solicitou ao Reitor e ao Administrador a resposta às questões por eles colocadas.

O Reitor começou por salientar que, dado os elevados valores de despesa previstos para as rubricas de recursos humanos, gastos gerais e transferências, o valor remanescente para a aquisição de bens e serviços e aquisição de equipamentos é muito diminuto e informou que, ao nível do edificado, há situações muito críticas, cujas intervenções a realizar serão mais de âmbito reativo do que preventivo e que estas serão pagas através da utilização de receitas próprias.

Considerou que a concretização de uma iniciativa como a da construção de uma creche só poderá ser possível com o recurso a financiamento externo, e concordou com a necessidade de reequipamento dos espaços pedagógicos, de forma a adequá-los às novas formas de relação com o conhecimento e com os estudantes. A este propósito, informou que, graças a vários doadores, será levada a cabo em 2020 uma experiência no Complexo Pedagógico II de profunda recapacitação de um espaço que se pretende ser exemplar. Sobre o projeto de monitorização do Plano de Ação para o Quadriénio - Barómetro, transmitiu que os escassos recursos humanos da Universidade obrigam a que o seu desenvolvimento seja realizado externamente, encontrando-se neste momento a serem avaliadas as propostas apresentadas. Considerou este instrumento como uma experiência pioneira que permitirá uma leitura mais sistemática e fiável daquilo que são os graus de execução de um plano de ação.

Esclareceu que a expressão a utilizar para a estrutura de promoção da formação doutoral será Colégio Doutoral e não Escola Doutoral e, no que respeita à qualificação dos docentes, mostrou-se agradado com o elevado número de participantes nas sessões de formação e desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, promovidas pelo Centro IDEA-UMinho, e transmitiu que os grandes objetivos são o de relevar esta componente de formação pedagógica nos vários regulamentos de avaliação dos docentes, competindo às UOEI a valorização desta dimensão, assim como introduzir este tópico na agenda académica através da mobilização de pessoas e promoção de iniciativas regulares.

Relativamente à diminuição de receitas provenientes de outros projetos, afirmou que os valores captados ficam aquém em várias unidades orgânicas, quer seja por via de serviços de consultoria, de organização de congressos e/ou cursos de curta duração, apontando como uma possível razão o facto de o esforço despendido pelos seus promotores não ter vindo a ser adequadamente recompensado. Afirmou que em breve será divulgado o despacho de execução financeira, o qual contemplará incentivos para docentes, investigadores e trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão. No que respeita às verbas remanescentes, disse não terem sido libertadas adequadamente por não estarem ainda reunidas as condições para o fazer.

Em resposta à Conselheira Maria José Casa-Nova, disse não ter a ambição de cumprir todas as medidas inscritas no Plano de Ação para o Quadriénio, mas mostrou-se convicto de que serão concretizadas muitas delas até ao final do mandato. No que concerne às articulações com as instituições dos países de língua oficial portuguesa, entendeu que estas estão contempladas e expressas nas medidas de internacionalização e constituem parceiros fundamentais para a atividade da Universidade. Agradeceu a sugestão de inscrição das iniciativas dos campi em articulação com o eixo de Interação com a Sociedade e, relativamente à revisão da política de *overheads*, esclareceu que as novas orientações não ocorrerão na definição dos *overheads* que provêm projetos de I&D, mas sim nos que decorrem de outras receitas.

O Administrador referiu que foram emitidos pelo Fiscal Único dois pareceres, um aquando da submissão do orçamento inicial à Direção Geral do Orçamento, e um outro após a correção do mesmo por força da transferência de verba de entidades financiadoras, a qual não tinha sido incluída por ser do desconhecimento da Universidade. No que respeita à advertência do Fiscal Único para a ocorrência de acontecimentos futuros que possam conduzir a variações materialmente relevantes, deu como exemplo o pagamento das propinas, o qual ocorre ao longo do ano e que, no caso de aí se verificarem atrasos, poderá condicionar a arrecadação da receita esperada, sendo necessário acautelar devidamente a despesa por forma a solver os compromissos.

Respondeu de seguida às questões colocadas pelo Conselheiro Rui Oliveira, informando-o que os 500.000€ indicados para serem transferidos para a AAUM se trata de um valor previsional e não histórico e informou que no ano de 2019 o valor transferido foi de 414.000€, dos quais 100.000€ correspondem a quotas; 150.000€ respeitam à RUM; 70.000€ a transporte; 35.000€ para apoio extraordinário desportivo; 12.000€ para sistemas de comunicação e 45.000€ relativo ao protocolo com a CGD. Relativamente às instituições sem fins lucrativos beneficiárias de transferências realizadas pela UMinho no valor de 1.2M€, informou que este valor é distribuído pela AAUM, pela Universidade Nova de Lisboa, pela Universidade Católica Portuguesa, pela Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, pelo Instituto de Nanotecnologia e por instituições no âmbito de I&D que estão na esfera do estado, sendo que a AAUM está inscrita na Administração Central - outras entidades. Por último, informou que o protocolo com a CGD foi já assinado, mas que o valor ainda não foi recebido, pelo que houve o cuidado por parte da UMinho em adiantar este valor à AAUM, e referiu outros tipos de apoio que a Universidade presta à AAUM, como por exemplo, o pagamento da água, luz e gás, os quais constituem encargos da UMinho.

A Conselheira Delfina Gomes alertou para o facto de o valor das depreciações e das amortizações absorver o resultado operacional e contribuir para uma previsão de um resultado negativo, tendo questionado o que se poderá fazer de forma a tornar estes edifícios rentáveis para a Universidade e a gerar receitas próprias, sugerindo eventuais parcerias com privados que possam dar outras funções a estes edifícios. O Reitor agradeceu a nota e informou que a rentabilização de alguns edifícios está já a ser estudada, equacionando-se algumas operações que possam ser realizadas em parcerias, de modo a que o edifício não onere mais a Universidade.

O Presidente agradeceu as intervenções dos Conselheiros, bem como os esclarecimentos prestados pelo Reitor e pelo Administrador e salientou do debate a necessidade de serem analisadas novas formas de angariação de receitas.

Colocou de seguida à votação o Plano de Atividades da Universidade do Minho para o ano de 2020, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguiu-se a votação da proposta de Orçamento da Universidade do Minho para 2020, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Foram interrompidos os trabalhos para almoço às 13h02m, os quais foram retomados às 14h30m.

2. Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da UMinho para 2020

O Presidente solicitou a presença do Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), Prof. Doutor António Paisana, para a apresentação do Plano de Atividades e do Orçamento daqueles Serviços para o ano de 2020.

Foi realizada pelo Reitor uma breve contextualização dos documentos em apreciação, o qual relevou a importância dos SASUM para a Universidade no âmbito da atividade que desenvolvem na atribuição de bolsas, no apoio ao alojamento, no apoio alimentar e no desporto e cultura.

O Administrador dos SASUM informou o Conselho que na elaboração do Plano de Atividades estiveram envolvidos todos os responsáveis dos Serviços e que nele estão inscritos os objetivos, as iniciativas a realizar e os resultados esperados em cada uma das áreas de missão dos serviços no ano de 2020.

Referiu os três grandes objetivos que os serviços se propõem concretizar, os quais são transversais a toda a organização: potenciar as parcerias estratégicas, em particular com as UOEL e com o Consórcio UNorte; reforçar a identidade interna através da valorização dos recursos humanos; reforçar a qualidade e a competitividade dos produtos e serviços das várias áreas de atuação.

Ao nível das parcerias, destacou alguns dos projetos a desenvolver no âmbito do Consórcio UNorte, nomeadamente, o projeto com a CAF na área da certificação ao nível europeu; O Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos (POCER), em colaboração com a UTAD; o projeto I&D COP – Cognitive CMSS, em parceria com a Valuekeep, com o Centro de Computação Gráfica, com o Departamento de Engenharia Civil e com o ITEC. Fez também referência às parcerias internas com a Escola de Economia e Gestão e a Escola de Arquitetura,



assim como às colaborações com o Instituto Superior da Maia, com o CEIIA, com o Laboratório Colaborativo DTx, com a Câmara Municipal de Braga e com a AAUM.

Relativamente à valorização dos recursos humanos, salientou a implementação faseada do novo Regulamento Orgânico dos Serviços; a promoção de mobilidade interna entre categorias; a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; a adoção de medidas de eficácia nas ações de formação e a melhoria das condições de bem-estar físico dos trabalhadores. Concluiu a apresentação do Plano de Atividades, dando a conhecer ao Conselho os objetivos operacionais definidos para cada um dos Departamentos dos Serviços.

Relativamente ao Orçamento, começou por salientar o facto de no momento da sua elaboração não ser ainda possível avaliar com elevado grau de fiabilidade as despesas previstas. Deu a conhecer a execução orçamental do ano de 2019, dado que a mesma possibilitou projetar o orçamento para o ano de 2020, realçando a ocorrência de um aumento de receitas próprias no valor de cerca de 400.000€, constituindo uma receita extraordinária que resultou, na maior parte, da organização do Campeonato Europeu de Futsal. Fez também referência à diminuição do valor das transferências da UMinho e da União Europeia, tendo, no entanto, ocorrido também igual diminuição das despesas, o que possibilitou um equilíbrio orçamental.

Para o ano de 2020, informou que ao nível da receita se assistirá a um aumento de 2,1% na contribuição por via do OGE (2.399.350€); que está previsto um aumento de 112.000€ de receitas próprias (1,9%); que as transferências da UMinho sofrerão uma diminuição de 38% e que as transferências da União Europeia deverão ser incrementadas em 1,54%.

Ao nível da despesa, comunicou que os maiores gastos previstos dizem respeito a despesas com os recursos humanos, nas quais se registará um aumento de 379.191€. Face à diminuição das receitas, afirmou ser necessário proceder à alteração das despesas de funcionamento, sendo possível prever uma diminuição em cerca 500.000€. Esta diminuição tem em consideração o facto de no ano de 2020 não estar previsto nenhum evento desportivo de grande dimensão.

Sobre o mapa de pessoal proposto, destacou o facto de estarem atualmente ocupados 253 postos dos 314 previstos no quadro de pessoal e, ao nível dos cargos de direção, estarem apenas ocupados 2 dos 5 lugares a prover. No que respeita aos cargos de direção intermédia, referiu que das 17 vagas existentes apenas 1 está ocupada, situação que considerou preocupante na medida em que para efeitos de organização dos serviços é importante que estes cargos sejam efetivados.

Terminada a exposição do Administrador dos SASUM, foi dado a conhecer pelo Conselheiro Luís Amaral o parecer da CE-GAIAF sobre o Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM para o ano de 2020, seguindo-se o debate sobre estes documentos.

A Conselheira Maria José Casa-Nova mostrou preocupação relativamente à construção de um Campus mais inclusivo para pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida. Informou que, no âmbito da unidade curricular da Opção UMinho “Educação, Cidadania e Direitos Humanos”, promoveu a realização de um trabalho com toda a turma que consistiu em percorrer o Campus de Gualtar com uma estudante que se desloca em cadeira de rodas, tendo sido possível identificar várias dificuldades que, no seu entender, são de fácil resolução. A título de

exemplo, fez saber que nas casas de banho os cabides e os secadores de mãos estão muito elevados e os lavatórios não têm altura suficiente para que as cadeiras de rodas se possam posicionar de forma a que os utilizadores acedam às torneiras. Referiu também o difícil acesso à farmácia e a algumas das UOEI, nestas últimas por vezes só sendo possível através da garagem, face aos ressaltos existentes nas portas principais. Considerou que esta matéria deveria constar no eixo da Qualidade de Vida nos Campi do Plano de Atividades da UMinho, mas que os SASUM têm também a seu cargo a responsabilidade de inclusão dos estudantes, pelo que solicitou a realização das alterações necessárias a melhorar a qualidade de vida destas pessoas.

O Conselheiro Rui Oliveira secundou a intervenção anterior, referindo-se de seguida à diminuição das transferências da UMinho para os SASUM, 300.000€ em 2019 e 400.000€ em 2020, como sendo fonte de duas preocupações: a primeira é a de que estas reduções venham a ser suportadas pelos estudantes, os quais têm atualmente com a ação social indireta 70% dos seus custos; a segunda é a de que esta redução comprometa a realização de algumas das intervenções solicitadas pelos estudantes, designadamente, a construção de um local de refeições na residência Carlos Lloyd Braga e no Campus de Couros; o aumento do número de micro-ondas e a substituição de alguns dos existente, assim como o melhoramento do serviço de internet nas diferentes residências. Finalizou a sua intervenção solicitando que tudo seja feito para que não se verifique em breve nenhum agravamento do valor da senha das refeições da cantina.

A Conselheira Joana Domingues informou o Conselho que durante a manhã vários órgãos de comunicação social noticiaram a existência de uma proposta que visa atribuir aos estudantes carenciados um valor de bolsa acima do montante da propina. Atendendo a este anúncio, questionou o Reitor se esta proposta foi alvo de apreciação por parte do CRUP e das IES, dado que ela apenas faz referência a estudantes carenciados, deixando de fora todos os bolseiros dos 2.º e 3.º ciclos, os quais foram influenciados negativamente pela alteração do indicador de propina no cálculo da bolsa.

Foi conferida a palavra ao Reitor que disse ser importante ter presente que o orçamento dos SASUM tem um caráter previsional e apresenta um quadro dinâmico na medida em que, muito embora se assista a uma subida de encargos com o pessoal, há evidências de uma maior capacidade de geração de receitas próprias e de redução das despesas de funcionamento. Disse tratar-se de uma situação complexa, que exige um grande cuidado e acompanhamento do modo como a execução dos SASUM se irá desenvolver ao longo de 2020. Afirmou que a Universidade estará atenta e não deixará que a diminuição das transferências prevista se traduza numa redução da qualidade do serviço que é prestado aos estudantes. Recordou a existência do Conselho de Ação Social (CAS), no qual estão representados não só os estudantes como também a AAUM, sendo expetável que qualquer situação que ponha em causa a qualidade dos serviços seja imediatamente sinalizada e sanada. Afirmou o compromisso de ser dada prioridade à construção de uma área de alimentação na residência Carlos Lloyd Braga e considerou de difícil resolução a situação do Campus de Couros, dado que as soluções encontradas junto das unidades de restauração próximas se mostraram insuficientes. Apresentou como possível solução a construção ao longo de 2020 do edifício do Teatro Jordão e da Garagem Avenida, que possibilitará pensar o modelo de gestão desses edifícios com atenção particular à área alimentar.

Relativamente às condições de vida nos campi das pessoas com mobilidade reduzida, referiu a realização no final de 2019 de uma sessão onde os estudantes nestas condições puderam identificar as dificuldades sentidas e equacionar diferentes soluções. Considerou ser necessário realizar um trabalho mais aprofundado nesta área e solicitou o envio ao Gabinete de Inclusão, ou em alternativa à Reitoria, de todos os contributos que possam ajudar a identificar as intervenções a realizar por forma a melhorar o bem-estar nos campi destas pessoas.

Sobre a proposta de aumento das bolsas aos estudantes carenciados, afirmou ter apenas conhecimento do que foi noticiado pelos órgãos de comunicação social, não tendo o CRUP sido ouvido até ao momento. De acordo com a leitura realizada, disse tratar-se de uma proposta no sentido de prever que a bolsa mínima seja estabelecida 130/140 euros acima do valor da propina de 2020.

Na sequência da afirmação do Reitor de que será realizado um acompanhamento do modo como a execução dos SASUM se irá desenvolver ao longo de 2020, o Conselheiro Rui Oliveira questionou se esse acompanhamento significará suprir as necessidades que forem ocorrendo, tendo o Reitor afirmado que, face à existência de vários níveis de monitorização, será possível atuar de forma a não comprometer a qualidade dos serviços a prestar pelos SASUM.

O Administrador dos SASUM informou que estão previstas obras de intervenção profundas nas áreas alimentares situadas no Campus de Azurém, por forma a melhorar as suas infraestruturas. No que respeita à qualidade dos serviços nelas prestados, considerou que esta é idêntica à que se regista nas áreas alimentares do Campus de Gualtar. Ainda em Guimarães, transmitiu que serão também levadas a cabo algumas intervenções nas infraestruturas relacionadas com o alojamento e será criado um espaço de cozinha na residência de Azurém.

No que respeita a um eventual aumento do preço das senhas, recordou que em 2019 não foi registado qualquer aumento (o último foi de 0.05€) e que esse preço é fixado em sede do CAS, de acordo com os custos de produção desses serviços. Ainda a este propósito, chamou a atenção para o facto de o valor das senhas na Universidade ser de apenas 2,50€, existindo apenas uma outra universidade a praticar um valor inferior.

Relativamente às áreas de aquecimento de comida, disse estar prevista a criação de uma nova área no Campus de Azurém, nas antigas instalações da Parafarmácia, assim como o aumento do número de micro-ondas e a substituição de alguns já existentes.

O Presidente salientou a recomendação da Conselheira Maria José Casa-Nova e entendeu dever instituir-se uma obrigação generalizada da Academia de enviar informação sobre as situações a corrigir, de modo a garantir a realização das alterações necessárias. O Reitor informou que está em curso a análise de um dispositivo para a comunicação das deficiências de modo a permitir uma ação mais imediata, tendo o Conselheiro Luís Amaral sugerido a utilização de um sistema similar ao designado por *"A minha rua"*, em vigor e com sucesso, por forma a evitar custos de desenvolvimento à Universidade.

Foi colocado à votação o Plano de Atividades dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para o ano de 2020, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção dos representantes dos Estudantes. Seguiu-se a votação do Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para o ano de 2020, também ele aprovado por maioria, com a abstenção dos representantes dos Estudantes.

A declaração de voto dos membros representantes dos Estudantes encontra-se apenas à presente ata, constituindo o anexo III.

Previamente à apreciação do ponto seguinte, foi conferida a palavra ao Conselheiro Luís Amaral o qual deu a conhecer duas deliberações resultantes da atividade da CE-GAIAF. A primeira relativa à preocupação desta Comissão pelo facto de a plataforma de votação eletrónica eVotUM não estar atualmente em funcionamento, pelo que a CE-GAIAF deliberou solicitar ao Reitor a realização de todas as diligências necessárias para que a mesma fique operacional com a maior brevidade possível. O Reitor informou que tinham ocorrido algumas dificuldades, mas que há o compromisso de procurar soluções alternativas de modo a que a plataforma possa ser novamente utilizada nos próximos atos eleitorais.

A segunda deliberação da CE-GAIAF diz respeito à necessidade de o Conselho se pronunciar dentro de um ano sobre a manutenção da Universidade sob o Regime Fundacional, razão pela qual a Comissão deliberou propor o agendamento deste assunto na próxima reunião do Plenário, com vista a ser delineada a estratégia de apreciação desta matéria por parte do Conselho.

3. Proposta de fixação do valor das propinas a praticar nos cursos conferentes de grau da UMinho para o ano letivo de 2020/2021

O Reitor informou que a proposta agora apresentada foi apreciada favoravelmente em sede de Senado Académico e que, pela primeira vez, é feita uma proposta única para a fixação das propinas para os estudantes regulares e para os estudantes internacionais, assim como para um valor de propina diferenciado para os estudantes internacionais de Mestrado e Doutoramento. Realçou que a proposta vem no sentido de que o valor das propinas a praticar para as Licenciaturas, para os Mestrados Integrados e para os Mestrados de continuidade seja igual ao valor máximo que venha a ser definido pelo Governo. No que respeita aos ciclos de estudos conducentes ao grau de Mestre, os valores poderão variar entre os 1250 e os 1750 euros e para os ciclos de estudos conducentes ao grau de Doutor o valor será de 2750 euros. Referiu ainda o facto de a proposta prever, ao nível dos estudantes internacionais, que para cursos com menor intensidade laboratorial o valor possa variar entre os 4500 e os 5500 euros e nos casos em que a intensidade laboratorial seja mais elevada o valor oscile entre os 6500 e os 7500 euros.

A Conselheira Maria José Casa-Nova disse subscrever genericamente a proposta apresentada mas, no que respeita ao número 4. da proposta onde se prevê que "O valor das propinas a liquidar pelo estudante que, para efeitos de conclusão da dissertação, estágio, trabalho de projeto ou tese se reinscreva num ciclo de estudos conducente aos graus de Mestre ou Doutor seja proporcional ao número de meses decorridos até à entrega do respetivo trabalho, de acordo o número correspondente de trimestres.", considerou ser de elementar justiça que estes estudantes paguem apenas o proporcional ao número de meses efetivamente utilizados para a conclusão dos trabalhos e não por trimestres. Entendeu que a redação do artigo não está clara, e transmitiu que, a manter-se



a obrigatoriedade de um pagamento trimestral e não mensal, votará favoravelmente todo o documento com a exceção do ponto 4. da proposta.

O Conselheiro Rui Oliveira louvou a decisão de se proceder a uma descida do valor da propina, mas chamou a atenção para o facto de, se esta vier a ser fixada em 2xIAS 2020, o seu valor ser alvo de um agravamento de 5 euros, na medida em que passará de 872 euros para 877 euros. Mostrou ainda a sua preocupação em que o valor da propina ao nível do segundo e do terceiro ciclos seja também ele reduzido, tendo em vista a captação de mais estudantes para a frequência desses cursos.

O Conselheiro João Rocha disse subscrever integralmente a intervenção da Conselheira Maria José Casa-Nova, sublinhando ser de toda a justiça que os estudantes naquelas condições paguem apenas e só os meses utilizados e não os trimestres, dado que há situações em que são apenas necessários alguns dias para a conclusão da redação dos trabalhos.

O Reitor esclareceu que a redação do ponto 4. confirma o entendimento de que os pagamentos serão proporcionais ao número de trimestres e agradeceu o envio de eventuais propostas de melhoramento da redação daquele ponto. Justificou o carácter de pagamento trimestral com facto de, sempre que há um alargamento do período de conclusão dos trabalhos, a Universidade ter necessidade de alocar recursos humanos. Relativamente à diminuição do valor das propinas dos ciclos de estudo conducentes aos graus de Mestre e Doutor, disse não existirem atualmente condições para que tal se venha a verificar.

O Presidente colocou de seguida à votação a proposta de fixação do valor das propinas a praticar nos cursos conferentes de grau da UMinho para o ano letivo de 2020/2021, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com os votos contra dos representantes dos Estudantes e um voto de aprovação na generalidade da Conselheira Maria José Casa-Nova. As respetivas declarações de voto encontram-se anexas à presente ata, dela fazendo parte integrante (anexos IV e V).

4. Participação da UMinho na Associação Built CoLAB – Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro

O Reitor referiu o contexto no qual surgiu a participação da Universidade no Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído, em cuja candidatura a UMinho esteve representada através da Escola de Engenharia e de duas das suas unidades de investigação – o Centro de Território, Ambiente e Construção (CTAC) e o Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia (ISISE). Informou que na sequência da candidatura foi criada uma associação sem fins lucrativos, denominada associação Built CoLAB, e que a UMinho só a poderá integrar após a obtenção do parecer favorável do Conselho.

Face ao seu envolvimento no processo de candidatura, o Conselheiro Paulo Pereira informou o Conselho que este laboratório resulta de um consórcio de grandes empresas nacionais de engenharia e de construção, juntamente

com entidades que promovem investimentos públicos, nomeadamente, entidades de infraestruturas de transportes e várias Universidades. Transmitiu que o âmbito de atuação deste laboratório é o de incorporar os desafios do digital na atividade da construção civil, área na qual tem sido mais difícil a integração de processos de modernização, em particular na componente digital.

Foi colocada à votação pelo Presidente a proposta de participação da Universidade do Minho no Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

5. Proposta de extinção da Associação Casa do Conhecimento

Foi realizada pelo Reitor e pelo Conselheiro Luís Amaral uma breve referência às circunstâncias que conduziram à apresentação ao Conselho da proposta de extinção da Associação Casa do Conhecimento, a qual foi constituída em 2008 pelo Centro de Computação Gráfica da UMinho e pela Câmara Municipal de Vila Verde. Aquando da sua constituição, esta Associação revelou-se uma importante âncora de lançamento do projeto Rede de Casas do Conhecimento (Rede) mas, face ao sucesso do projeto e ao seu imediato crescimento por via da adesão de outras autarquias, o âmbito da sua atuação ficou muito reduzido. Acresce ainda o facto de estar a decorrer um projeto com o apoio da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), para renovação e extensão da Rede, no qual estão a ser equacionados novos modelos governativos, não fazendo assim sentido dar continuidade à existência desta Associação.

Face aos argumentos apresentados, o Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de extinção da Associação Casa do Conhecimento.

6. Alienação de terreno no Campus de Azurém

O Reitor referiu que a propositura da alienação de uma parcela de terreno do Campus de Azurém ao domínio público resulta de um pedido formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, na sequência de um projeto de loteamento da Sociedade Gestilouro, que prevê a construção de uma via estruturante de ligação das entradas nascente e poente do Campus de Azurém. Deu conhecimento que a parcela possui 267 m² e que o Município de Guimarães manifestou o interesse em construir esta via de modo a facilitar a circulação em torno do Campus e a melhorar o acesso às entradas referidas, o que trará grandes vantagens ao nível da mobilidade. Fez saber que a parcela em análise apenas poderia ser aproveitada pela UMinho como pequeno espaço verde e que, a concretizar-se esta cedência, ela constituirá mais um passo nas estreitas relações da Universidade com o Município de Guimarães.

O Presidente colocou à votação a proposta apresentada, tendo o Conselho deliberado, por unanimidade, aprovar a cedência ao domínio público de uma parcela de terreno propriedade da Universidade do Minho, sito no Lugar de Azurém de Cima, Azurém, com a área de 267 m².

7. Alteração da designação da Escola de Arquitetura para Escola de Arquitetura, Arte e Design

8. Alteração da designação do Instituto de Letras e Ciências Humanas para Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

O Presidente solicitou a presença da Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH), Prof.^a Doutora Isabel Ermida, e do Presidente da Escola de Arquitetura (EA), Prof. Doutor Pedro Bandeira, para apresentarem ao Conselho as propostas de alteração da designação das respetivas unidades orgânicas. O Reitor dirigiu-se ao Conselho informando que as propostas resultam da emergência na UMinho de cursos ligados às artes, designadamente, a Licenciatura em Música, a Licenciatura em Teatro, a Licenciatura e Mestrado em Design e a Licenciatura em Artes Visuais, e que da decisão do Conselho, se favorável, resultará uma alteração estatutária.

A Presidente do ILCH cumprimentou o Conselho e transmitiu que o debate em torno da alteração da designação do Instituto tem vindo a prolongar-se no tempo e foi tema de reflexão por várias das suas presidências, estando agora reunidas as condições ideais para avançar com uma proposta concertada. Informou que há três anos foi realizada uma consulta interna para aferir as diferentes sensibilidades, da qual resultou uma expressiva maioria de voto pela mudança de “Instituto” para “Escola” e a inclusão do termo “Artes”, sendo três as principais razões a ela subjacentes: 1) o argumento histórico, dado que na génese do ILCH está a designação da unidade científico-pedagógica de Letras e Artes, e tanto a Música como o Teatro constituem atualmente apostas formativas muito fortes; 2) o argumento de ordem curricular, dado que atualmente existem os cursos mas estes não estão refletidos na designação da unidade orgânica; 3) o argumento estratégico, a valorização das artes e a sua inclusão na oferta educativa foi a expressão de uma estratégia institucional que reconheceu, deste modo, a afinidade identitária do projeto do ILCH com a vertente artística, daí a proposta de designação de Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, com o acrónimo ELACH.

Seguiu-se a intervenção do Presidente da EA que se referiu à alteração da designação daquela unidade orgânica como sendo uma ambição de longa data, expressa na missão da EA em 2007, e que adquiriu maior legitimidade a partir do momento que se tornou reivindicação formalizada pelos alunos de Design e Artes. Informou que a proposta agora apresentada foi aprovada nos órgãos internos da EA e nos restantes órgãos competentes da UMinho - Conselho de Presidentes de Escola e Senado Académico, sendo que neste último só não teve unanimidade por 1 voto entre 44. Salientou o facto de a designação de Escola de Arquitetura ter deixado de expressar uma identidade comum com a criação da Licenciatura de Design do Produto e, mais recentemente, da Licenciatura em Artes Visuais, na medida em que não reflete o reconhecimento científico e autónomo da área das Artes e do Design, deixando também os alunos numa situação desconfortável no que refere ao reconhecimento espontâneo de currículos e diplomas. Acresce o facto de o ensino da Arquitetura, da Arte e do Design ter uma longa tradição de coexistência, partilhando metodologias associadas ao desenho e projeto, pelo que a designação proposta dará visibilidade a essa herança de coexistência disciplinar, sem ignorar a especificidade científica de cada área do conhecimento, exprimindo e dignificando um sentido de interdisciplinaridade que tem vindo a ser



trabalhada nas necessárias revisões dos planos curriculares. Deu a conhecer que o consenso alcançado decorre ainda da decisão de incluir na nova designação da escola o termo Arte (no singular) e não Artes (no plural), resultado de uma reflexão conjunta com o Instituto de Letras e Ciências Humanas, e que procura uma diferenciação léxico-semântica entre as artes visuais e as artes performativas (como o Teatro ou a Música, cursos oferecidos pelo ILCH). Acrescentou ainda que a designação proposta exprime também a vontade de, simbolicamente, aproximar três edifícios dispersos entre Azurém e Couros – o mais recente campus desta Universidade, que justificará uma melhor atenção no que se refere ao serviço de apoio prestado aos alunos.

A Conselheira Maria Helena Guimarães questionou sobre quais os argumentos contrários à alteração das designações, que conduziram à não aprovação por unanimidade das propostas em Senado Académico, tendo o Reitor informado que, em ambos os casos, houve apenas um voto contra, pelo que não se justificava aduzir os argumentos. Informou também que no Conselho de Presidentes das Unidades Orgânicas as duas propostas foram aprovadas por unanimidade.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foram colocadas à votação as propostas, tendo sido obtidas as seguintes deliberações:

- Aprovada por maioria, com uma abstenção, a proposta de alteração da designação da Escola de Arquitetura para Escola de Arquitetura, Arte e Design;
- Aprovada por maioria, com uma abstenção, a proposta de alteração da designação do Instituto de Letras e Ciências Humanas para Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas.

Às 16h40m, ausentou-se, justificadamente, a Conselheira Paula Silva.

9. Informações

O Reitor dirigiu-se ao Conselho para dar conhecimento da celebração do Contrato de Legislatura entre as Instituições de Ensino Superior Públicas e o Governo (Contrato), considerando-o um dos atos mais significativos que o Ensino Superior Português conheceu no ano de 2019, face ao impacto futuro do mesmo na atividade da Instituições de Ensino Superior (IES). Referiu que o Contrato agora firmado foi apresentado aos responsáveis pelas IES e ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) como sendo um instrumento capaz de quantificar algumas metas comuns às diferentes instituições e de traduzir uma ambição comum de fazer com que o país, pela atividade das universidades, possa caminhar no sentido da convergência com a Europa.

No que respeita aos compromissos por parte do Governo, relevou o facto de ter ficado estabelecido um acréscimo do financiamento para o Ensino Superior, que se traduzirá em cerca de 55 M€, valor este que será distribuído pelas Universidades e Politécnicos, e no qual estará incluída a reposição integral do valor que corresponde à redução das propinas, e um valor adicional para fazer face a outros encargos entretanto assumidos. No que respeita ao valor correspondente à UMinho, afirmou que o mesmo não será suficiente para suprir os efeitos da redução do montante arrecadado por via das propinas e dos encargos associados ao PREVPAP.

Enunciou de seguida algumas das razões que conduziram à assinatura do Contrato por parte das IES, designadamente, o facto de estar previsto que as dotações serão acrescidas anualmente em 2% até ao final da legislatura; que as dotações terão acréscimos adicionais correspondentes a eventuais alterações legislativas; que haverá dotações do OGE adequadas ao reforço dos apoios sociais a estudantes (diretos e indiretos); que haverá reforço das atividades de I&D, com correspondente financiamento para elas necessário; que as IES públicas não estarão sujeitas a cativações ou reduções em qualquer das suas fontes ou rubricas de financiamento. Considerou também relevante o facto de, pela primeira vez em muitos anos, e como forma corretiva, a distribuição da dotação não ter sido realizada exclusivamente com base no histórico, mas sim de acordo com os encargos efetivos que as instituições têm, assim como nos aspetos particulares das mesmas. Apresentou também como ponto importante o compromisso do Governo em contemplar nas futuras propostas do OGE mecanismos adequados para que as instituições possam cumprir os objetivos previstos no ECDU, relativamente à distribuição dos docentes pelas várias posições de carreira.

Deu a conhecer ao Conselho os compromissos a que ficam obrigadas as Universidades, nomeadamente, o alargamento da base social de participação no Ensino Superior; a diversificação e especialização das instituições; a articulação mais efetiva das atividades de Educação, Investigação e Inovação com as empresas e a Administração Pública; a garantia da contribuição para um melhor emprego; o reforço da internacionalização; a prossecução de práticas de gestão que potenciem uma adequada gestão dos recursos humanos e o equilíbrio financeiro; o reforço da captação de receitas próprias e de fundos comunitários. As instituições deverão ainda promover e divulgar medidas de acompanhamento dos estudantes, por forma a reduzir o insucesso e o abandono escolar, assim como acompanhar e monitorizar a sua empregabilidade.

Terminou a sua intervenção informando que, apesar dos constrangimentos que o Contrato possa apresentar, a decisão largamente maioritária das instituições representadas no CRUP foi de o subscrever, sendo o seu entendimento que o mesmo tem como maior valor a previsibilidade, a estabilidade e algum conhecimento prévio, a médio e longo prazo, daquilo com que as instituições podem contar, o que não foi possível nos processos negociais anteriores.

O debate iniciou com a intervenção do Conselheiro Manuel Carvalho da Silva, que considerou que este ponto da agenda deverá merecer uma reflexão mais profunda do Conselho, na medida em que o Contrato assinado confere importantes compromissos às IES, que não apenas de gestão corrente. Afirmou não ter uma posição negativa sobre o documento, mas, no seu entender, as metas nele inscritas serão de execução difícil. Entendeu que a medida relativa ao aumento da base social do Ensino Superior no imediato para 40% e, em 2023, para 50%, exigirá alterações múltiplas difíceis de alcançar e que, ao nível do alojamento, a dificuldade crescente em acomodar todos os estudantes exigirá às IES mecanismos de cooperação com as autarquias para a criação de estruturas para dar respostas às dificuldades sentidas. Anteviu que a meta de aumento do número de estudantes contenderá com as carências ao nível dos recursos humanos, assim como com as necessidades de formação mais dirigidas e próximas do mercado. No que respeita à diversificação das fontes de financiamento, alertou para

o facto de a sociedade atual não estar preparada para os desafios na área da ação social. Por último, chamou a atenção para o facto de ter sido assumido um acréscimo nas dotações de 2% ao ano, sendo que esta percentagem será inferior ao aumento dos salários, dado que as negociações em curso fazem antever que este se fixará nos 3%.

O Conselheiro Nuno Reis referiu que, da sua análise ao documento, este Contrato vai de encontro aos objetivos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para a próxima década, mas que a questão da compensação do financiamento relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) fica muito aquém, na medida em que o incremento exetável da contribuição progressiva do estado até 2023 é de apenas 3% do PIB. Entendeu que o investimento do Estado no Ensino Superior previsto no documento não configura um investimento direto, dado que respeita a retribuições às instituições decorrentes de alterações legislativas, e considerou importante que o Conselho se pronuncie, quer nas Comissões Especializadas, bem como no Plenário, sobre as estratégias a adotar pela Universidade nos planos do desenvolvimento institucional e da diversificação das fontes de financiamento. Sinalizou a questão do alojamento como sendo uma matéria que é tratada no documento de forma muito vaga, o que transmite alguma desconfiança, uma vez que não houve até ao momento nenhuma resposta concreta por parte do Governo. Na sua opinião, este documento deveria ter outro tipo de formulação de modo a obrigar o Governo ao cumprimento das suas obrigações, o que não se verificou com o anterior. Concluiu afirmando que a Universidade pode estar a comprometer-se com objetivos que não são exequíveis, e mostrou preocupação com o facto de existirem algumas questões de base que não estão asseguradas e poderão comprometer a sua atividade.

Também o Conselheiro João Rocha considerou a relevância da assinatura do Contrato, por se tratar de uma matéria com grandes implicações para todas as Academias do país. Solicitou de seguida ao Reitor informação sobre a estratégia que será adotada pela Universidade no que respeita à ambição expressa no Contrato de aumentar as qualificações dos portugueses por via do alargamento da base social do Ensino Superior, dado que, atualmente, a meta da UMinho se centra, sobretudo, no aumento da população dos estudantes internacionais. Chamou ainda a atenção para o facto de a concretização desta meta poder ser comprometida pelo limite das infraestruturas sociais, o qual está muito perto de ser atingido.

O Conselheiro Ramón Villares considerou o Contrato como sendo um documento muito interessante e abrangente, na medida em que tem como objetivo entender e projetar as Universidades Portuguesas e o Ensino Superior Português (ESP) para os próximos anos. Muito embora possam existir alguns elementos de incerteza, sendo, na sua opinião, o ponto mais fraco a questão do financiamento, nele é possível encontrar aspetos positivos que permitem ver o futuro com maior segurança. Destacou também a existência de uma proposta de monitorização, que será essencial para que, sobretudo o CRUP, possa periodicamente testar os resultados. Parabenizou as Instituições e o Governo Português por acederem em celebrar um contrato com objetivos precisos, tendo em vista uma resolução conjunta e cooperativa dos problemas do ESP.

Antes de conceder a palavra ao Reitor, o Presidente resumiu o conteúdo das várias intervenções, considerando que nas mesmas foram apresentadas importantes recomendações e alertas que deverão ser tidos em consideração pela Universidade, tendo ainda salientado a existência de um mecanismo de monitorização, o qual constituirá uma ferramenta de acompanhamento da execução deste Contrato.

O Reitor agradeceu as intervenções e referiu que a assinatura deste Contrato constitui uma oportunidade de construir um lugar de convergência, e que os compromissos nele assumidos não devem servir apenas os interesses das IES e do Governo, mas também as transformações que o país deve conhecer, comprometendo as IES na qualificação mais generalizada das pessoas e na aplicação do conhecimento produzido de forma a gerar transformações na sociedade e economia, emprego mais qualificado e maiores relações internacionais.

Realçou o grau de monitorização regular a que o cumprimento do Contrato está sujeito e alertou para o facto de esse exercício envolver não só o Reitor, mas também o Conselho, as Unidades e Serviços e a estrutura em geral que compõe a instituição. Entendeu que os compromissos das IES inscritos no documento são ambiciosos, mas têm um grau de exequibilidade razoável e recordou que, em algumas das metas, a UMinho tem já muito caminho feito, nomeadamente, no aumento do recrutamento dos estudantes (mais 700 do que em 2019); na progressão do número de estudantes estrangeiros e internacionais; no envolvimento em Laboratórios Colaborativos; nos projetos importantes nos quais a Universidade tem impacto na criação de emprego altamente qualificado; na prioridade dada ao ensino à distância e às formações de curta duração; no acompanhamento dos estudantes, que é já uma linha de atuação. Considerou também significativas as percentagens de docentes integrados em posição de carreira e nas posições de topo, na medida em que, com exceção de algumas escolas, foi possível aproximar as percentagens da UMinho às de referência do ECDU, cuja média nacional é de 30% e na UMinho é de 44% (sem considerar a Escola Superior de Enfermagem e a Escola de Arquitetura).

Corroborou a existência de uma situação crítica no que respeita ao alojamento, dado que a UMinho não viu qualquer resultado significativo no âmbito do Plano Nacional de Alojamento, mas entendeu que o facto de esta questão estar prevista no Contrato agora assinado permitirá recordar os responsáveis políticos do compromisso assumido. Terminou a sua intervenção afirmando que a subscrição deste Contrato por parte da UMinho teve na sua base o entendimento de que os objetivos nele inscritos são importantes para o país, para as IES e para a UMinho em particular. Disse ser a sua expectativa de que a UMinho, enquanto Comunidade Académica, se reveja nestes objetivos e assuma o compromisso de concretização de alguns deles, sendo certo que o Plano de Atividades para 2020, aprovado pelo Conselho na presente sessão, contempla algumas das metas em linha com estes objetivos.

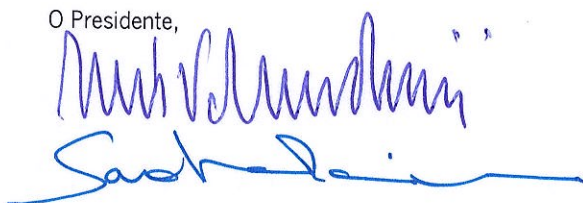
A Conselheira Sandra Paiva interpelou o Reitor no sentido de recordar que os rácios dos Professores Associados e Catedráticos da Escola de Ciências também estão muito aquém dos valores esperados, o que foi por ele confirmado.

Foi solicitada uma nova intervenção por parte do Conselheiro Nuno Reis para afirmar que, na sua opinião, o documento não deveria ter a designação de “Contrato de Legislatura”, mas sim “Plano Estratégico”, dado que nele não são definidos os limites das responsabilidades das IES e do Governo e não há referência à existência de qualquer penalização no caso de incumprimento. Considerou que o Contrato estabelece apenas uma visão estratégica para o ESP, mas não especifica questões obrigatórias como o desenvolvimento e modernização institucional, não define os estímulos a médio prazo para estabelecimento de parcerias/consórcios e não faz qualquer alusão à solução para o problema do alojamento.

Pela relevância da matéria e o debate suscitado, o Presidente considerou que este assunto deverá ser novamente apreciado pelo Conselho, em ponto próprio da agenda de trabalhos.

Findos os trabalhos às 17h55m, o Presidente encerrou a sessão tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



A Secretária,

1





Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária n.º 1/2020
27/01/2020

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	Álvaro Iriarte Sanromán
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano	Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano
Delfina Rosa da Rocha Gomes	Delfina Rosa da Rocha Gomes
Diamantino Manuel Ínsua Pereira	Diamantino Manuel Ínsua Pereira
Isabel Maria Costa Soares	Isabel Maria Costa Soares
Joaquim Manuel Freitas da Rocha	Joaquim Manuel Freitas da Rocha
Joana Ferreira Domingues	Joana Ferreira Domingues
João Manuel Nogueira Rocha	João Manuel Nogueira Rocha
José Gonçalves Teixeira	José Gonçalves Teixeira
Luís Alfredo Martins Amaral	Luís Alfredo Martins Amaral
Luís Francisco Valente de Oliveira	Luís Francisco Valente de Oliveira
Manuel Carvalho da Silva	Manuel Carvalho da Silva
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	Maria Helena Almeida Silva Guimarães
Maria José Manso Casa-Nova	Maria José Manso Casa-Nova
Nuno Henrique Vieira Reis	Nuno Henrique Vieira Reis
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink
Paula Araújo Pereira da Silva	Paula Araújo Pereira da Silva
Paulo António Alves Pereira	Paulo António Alves Pereira
Ramón Villares	Ramón Villares
Rui Jorge Machado Oliveira	Rui Jorge Machado Oliveira
Sandra Cristina Almeida Paiva	Sandra Cristina Almeida Paiva
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares



Universidade do Minho
Conselho Geral

Memorando da reunião da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros

Aos vinte e dois dias do mês janeiro de dois mil e vinte, entre as 14h30 e 16h30, reuniu, na Sala de Reuniões do Gabinete de Projetos, sita no Campus de Gualtar, a Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (doravante designada por Comissão). Estiveram presentes os Conselheiros Luís Amaral, que presidiu, Ana Serrano, Joaquim Rocha, Nuno Reis, Paulo Pereira, Patrícia Jerónimo e Victor Soares. Justificou a ausência a Conselheira Isabel Soares.

Faziam parte da ordem de trabalhos:

1. Apreciação do Plano de Atividades e do Orçamento da UMinho para o ano de 2020;
2. Apreciação do Plano de Atividades e do Orçamento dos SASUM para o ano de 2020;
3. Conselho de Curadores: substituição de membros;
4. Outros assuntos.

A Comissão procedeu à análise dos documentos remetidos pelo Reitor ao Conselho Geral, tendo sobre os mesmos realizado as apreciações que a seguir se apresentam.

1. Plano de Atividades e Orçamento da UMinho 2020

Foi considerado pela Comissão que o Plano de Atividades da UMinho para o ano de 2020 dá continuidade às atividades previstas no Plano de Ação para o Quadriénio 2017-2021. No entanto, a Comissão mostrou preocupação pelo facto de não ser possível aferir convenientemente o grau de concretização da maior parte das medidas de operacionalização, dado que os tempos de execução e os indicadores da sua realização são apresentados de uma forma muito vaga.

Foi debatida em particular a medida de operacionalização relativa à Qualidade Institucional [OP_9], designadamente no que respeita à celebração de acordo de cooperação com a Associação de Funcionários da UMinho (AFUM),

recordando o compromisso existente entre a UMinho e a AFUM para a criação de uma creche no Campus de Gualtar destinada aos filhos dos funcionários da Universidade, docentes e não docentes. Foi entendimento da Comissão que a criação de uma creche contribuirá para o aumento da qualidade de vida de todos aqueles que integram a Comunidade Académica e promoverá uma interação direta das várias UOEl nas suas atividades, pelo que recomenda que sejam retomadas as conversações entre as partes.

Por último, a Comissão mostrou descontentamento pelo facto de ainda não ter sido possível utilizar na análise do plano de atividades para 2020 o "Barómetro", instrumento de Monitorização da Implementação do Plano de Ação da Universidade do Minho para o quadriénio 2017-2021 (Plano de Ação). Nota-se que estava previsto o início da sua utilização em abril de 2019.

Após as várias intervenções, a Comissão pronunciou-se favoravelmente sobre o Plano de Atividades para o ano de 2020.

No que respeita à proposta de Orçamento da UMinho para o ano de 2020, a Comissão considerou ser de louvar todo o esforço no sentido da transparência informativa e da clarificação de aspetos mais técnicos e financeiramente densos.

Todavia, a Comissão verificou um aumento significativo das dotações e previsões de despesa em relação às verbas de designação genérica ("Outras"), o que torna a perceção do documento mais difícil para a comunidade (a que se dirige). O princípio da transparência exigirá outra densificação. Assim sucede, por exemplo, com as seguintes verbas:

- "Outras transferências", Tabela 1, acréscimo de quase 4M €;
- "Outras", Tabela 3 (despesas correntes 2), surgimento de quase 2M €;
- "Pessoal em qualquer outra situação", Tabela 4, surgimento de quase 40 000 €.

Foi entendimento da Comissão que o parecer do Fiscal Único é minimalista, não conclusivo, e não se pode dizer que confira absoluta segurança de análise.

Por conseguinte, pode dizer-se que se trata de um documento previsional com algum grau de incerteza. Reconhece-se, em todo o caso, que tal incerteza não pode ser imputada exclusivamente ao Reitor nem à Universidade, embora não se consiga antever como poderão eventuais impactos negativos ser convenientemente atenuados.

A Comissão determinou interpelar o Reitor, em sede de reunião do Plenário, para esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

- dado que o saldo transitado apresenta valor negativo, como serão cobertas as despesas com pessoal, com equipamento e reabilitação de espaços em várias unidades em estado avançado de degradação;
- qual a estratégia a adotar pela Universidade com vista ao aumento das suas receitas próprias;



→ qual o âmbito da assinatura do contrato de legislatura celebrado entre as Instituições de Ensino Superior Públicas e o Governo.

Solicita-se a correção de uma gralha na figura 1. da página 3., na qual é feita referência à execução de despesas em *Keuros*, quando deverá ser em *Meuros*.

Tudo considerando, a Comissão de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros emitiu pronúncia favorável à aprovação da proposta de orçamento para o exercício financeiro de 2020.

2. Plano de Atividades e Orçamento SASUM 2020

Foi entendimento da Comissão que o documento referente ao Plano de Atividades dos SASUM reflete as principais ações a levar a cabo nas diferentes áreas da sua atuação, salientando apenas negativamente o facto de não estarem previstas medidas de nivelamento da tipologia dos serviços de restauração prestados nos campi de Gualtar e de Azurém.

Relativamente ao Orçamento, a Comissão mostrou preocupação pelo facto de as transferências da Universidade para aqueles serviços terem vindo a diminuir significativamente, obrigando a que os investimentos a realizar sejam quase exclusivamente com recurso a receitas próprias, o que poderá conduzir a novo aumento dos preços dos serviços prestados aos Estudantes e à Academia.

Por considerar que o desinvestimento da Universidade nos Serviços de Ação Social vem em contra corrente com o objetivo de aumentar o número de estudantes no ensino superior nos próximos anos, a Comissão deliberou solicitar ao Reitor, em sede de reunião do Plenário, esclarecimentos de como será resolvida a situação no caso de o orçamento previsto não ser suficiente para fazer face às despesas dos SASUM ao longo de 2020, ou se estes não forem capazes de gerar as necessárias receitas próprias.

Não obstante as preocupações demonstradas, a Comissão emitiu parecer favorável ao Plano de Atividades e Orçamento SASUM para o ano de 2020.

3. Conselho de Curadores

Tendo conhecimento de que, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 8. dos Estatutos da Fundação Universidade, será necessário proceder à substituição de dois dos membros que constituem o Conselho de Curadores da UMinho, cujo mandato terminou em 12 de agosto de 2019, a Comissão deliberou propor, em sede de Plenário, a inclusão deste assunto na agenda da primeira reunião ordinária de 2020.


4. Outros assuntos

A Comissão mostrou preocupação pelo facto de a Universidade ainda não ter conseguido pôr em exploração continuada a plataforma de votação eletrónica eVotUM, estando neste momento vedada a sua utilização.

Por considerar um retrocesso significativo na condução dos processos eleitorais da Universidade, e face à importância que a utilização desta plataforma tem no aumento da participação dos eleitores, a Comissão deliberou solicitar ao Reitor que seja dada prioridade máxima à realização das diligências necessárias ao restabelecimento do funcionamento da plataforma eVotUM de modo a que esta possa ser utilizada por toda a Academia.

Face à necessidade de o Conselho Geral se pronunciar a breve trecho sobre a continuidade da Universidade do Minho como fundação pública com regime de Direito Privado, a Comissão deliberou propor ao Plenário que inicie uma reflexão sobre as ações a encetar com vista à tomada de posição sobre esta matéria.

= Anexo III =



Declaração de Voto - Conselho Geral

Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social na Universidade do Minho

No passado dia 5 de dezembro, a Associação Académica da Universidade do Minho tornava pública a sua posição relativa à redução do investimento na Ação Social na Universidade do Minho através de um comunicado intitulado "Ação Social em Estado de Emergência 2.0", na qual advertia a Universidade do Minho pelo desinvestimento proposto em sede de plenário do Senado Académico sobre o Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho

No documento referido, a Associação Académica da Universidade do Minho apontava como especialmente problemática a redução acentuada de praticamente 400.000€ nas transferências diretas do orçamento da UMinho para os SASUM, relativa ao ano transato, e de cerca de 300.000€ quando comparadas com os períodos a que se referiam os orçamentos de 2015 a 2018.

Aproximadamente um mês depois, em nova reunião do plenário do Senado Académico, e, conseqüentemente, em sede de Conselho Geral, após aprovação da proposta por maioria dos membros do Senado, é apresentado o mesmo orçamento, não obstante dos esforços desenvolvidos pela Associação Académica que solicitava um aumento das contribuições mencionadas, por parte da Universidade do Minho.

Tendo em conta que a Universidade do Minho se compromete, através do contrato de confiança assinado entre as Instituições de Ensino Superior portuguesas e o Governo Português, a atender ao objetivo previsto neste contrato de que 6 em cada 10 jovens possam estar a frequentar um curso conferente de grau no Ensino Superior até 2030 - uma meta que consideramos, desde já, alcançável, cumprida uma rigorosa política de apoio ao estudante por via de mecanismos de ação social - é-nos particularmente injustificável esta redução acentuada no financiamento transferido no conjunto da Universidade do Minho e do Governo para os SASUM.

Conhecidas as várias dificuldades apresentadas pelos estudantes que utilizam os espaços e serviços afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, como é o caso, entre outros, daqueles que habitam as Residências Universitárias e continuam sem cozinhas com as devidas condições para a confecção de refeições, tornam-se cada vez mais urgentes os investimentos necessários em requalificação de espaços e no aumento da produtividade e eficiência dos vários serviços.

Ao argumento anterior, acresce que, ano letivo após ano letivo, temos vindo a assistir a um aumento progressivo da contribuição dos estudantes para as receitas dos Serviços de Ação Social, nomeadamente através dos recentes aumentos nos custos da refeição e alojamento sociais, promovendo uma estrutura de custos dos SASUM onde a balança das comparticipações vai pesando cada vez menos para o lado da Universidade do Minho e do Governo e, por outro lado, cada vez mais para o lado dos estudantes e dos seus agregados familiares, muitas vezes asfixiados pelas despesas de frequência no Ensino Superior que,

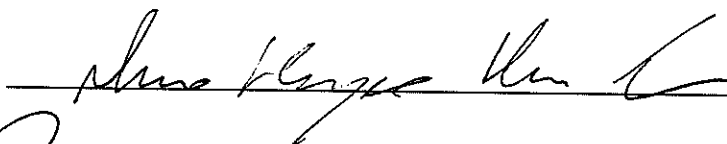
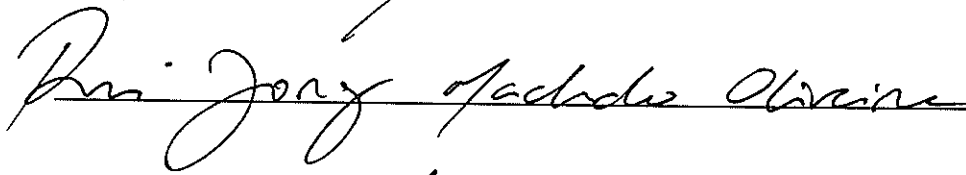
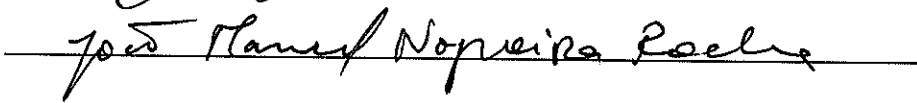
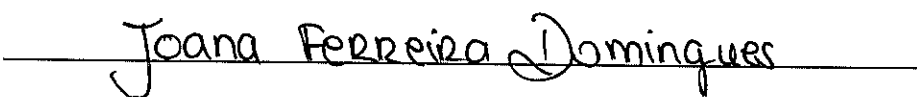


como é do conhecimento geral, estão, em grande parte, relacionadas com os custos do alojamento e alimentação.

Acreditamos num Ensino Superior progressivamente gratuito, tal como está consagrado no Artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, e, sobretudo, acreditamos que o acréscimo da produtividade e eficiência dos SASUM não pode ser um sinónimo de desresponsabilização dos seus agentes financiadores, pelo que, acreditamos que a decisão de reduzir o nível de financiamento direto é um retrocesso na política até agora demonstrada pela Universidade do Minho que não vai de encontro à defesa dos legítimos direitos e interesses da comunidade estudantil Minhota.

Assim, e atendendo aos argumentos apresentados, bem como na discussão tomada em sede de Conselho Geral, em que o Reitor da Universidade se compromete a encetar os esforços necessários para não reduzir a qualidade destes serviços - delegando no Conselho de Ação Social a progressiva análise e monitorização da mesma - os representantes dos estudantes no Conselho Geral abaixo-assinados, em sede de sessão plenária, a 27 de janeiro de 2020, vêm por este meio deliberar e justificar a sua abstenção na deliberação sobre o Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para o ano de 2020, na certeza de que não poderíamos, no contexto atual, aprovar uma redução do financiamento da Universidade para os seus SAS.

Os representantes dos Estudantes no Conselho Geral:

111

= Anexo IV = Mh

H/ D

Declaração de Voto

Proposta de fixação do valor das propinas dos ciclos de estudos conferentes de grau para o ano letivo de 2020/2021

De acordo com a alínea g), artigo 29º, dos Estatutos da Universidade do Minho, cabe ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor, acompanhada do parecer do Senado Académico, a fixação do valor de propinas a praticar na Universidade do Minho para os diferentes anos letivos.

A proposta que o Reitor traz a Conselho Geral, após aprovação por maioria dos presentes no plenário do Senado Académico, contempla a fixação do valor das propinas de primeiro ciclo e mestrado integrado no teto máximo que vier a ser fixado pelo Governo Português e a manutenção do valor das propinas para 2º e 3º ciclo. Contempla, ainda, um aumento no valor das propinas para alunos internacionais e diferencia consoante a necessidade de uma forte componente prática/laboratorial. Esse mesmo aumento baseia-se numa estimativa do custo real por estudante na UMinho.

Apesar de compreendermos a necessidade atual do valor cobrado pelas propinas, visamos nesta votação não deixar de atender ao quadro de subfinanciamento crónico do setor e à imprescindível manutenção da qualidade do ensino e serviços prestados aos estudantes, bem como, não descurar a necessária correlação entre as Instituições de Ensino Superior e a responsabilidade social para com os seus estudantes e agregados familiares.

Nesse sentido, num momento em que se augura uma redução do valor das propinas de 1º ciclo, e por esse motivo é compreendida a cautelosa proposta de fixação do valor a praticar na UMinho em dependência do teto máximo a ser fixado por decreto-lei para 2020/2021, não podemos deixar de saudar uma descida que, desta forma, poderá potenciar a progressiva gratuidade preceituada na Constituição da República Portuguesa.

Todavia, é do nosso entendimento que os valores propostos, principalmente no que concerne ao 2º e 3º ciclo não vão de encontro ao expresso no artigo 74º da Constituição da República Portuguesa, que incumbe ao Estado, na realização da política de ensino, o estabelecimento de uma progressiva gratuidade *em todos os graus de ensino*, na medida em que consideramos que, cada vez mais, o 2º e 3º ciclo do Ensino Superior são absolutamente importantes para a formação académica de um estudante, bem como, para a sua afirmação no meio profissional e o progresso do País, e, não compreendendo, portanto, como é que os valores atualmente praticados se poderão vir a manter, perpetuando, desta forma, os entraves financeiros à frequência de estudantes nestes graus de ensino.

Com base nos motivos apresentados, os representantes dos estudantes no Conselho Geral, não aceitam que as famílias continuem a suportar aquele que deverá ser um papel do Estado na garantia de condições de acesso e permanência ao Ensino Superior para todos os Portugueses, independentemente da situação socioeconómica de cada aluno ou respetivo agregado familiar, que, conjugada com a agravante da fixação do valor das propinas de 2º e 3º num valor que consideramos excessivamente alto, contraria o preceituado pelo Artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa.

Mh

Perante este cenário, os representantes da comunidade estudantil no Conselho Geral manifestam o seu voto negativo face à proposta avançada relativa ao valor das propinas para o primeiro ciclo e mestrado integrado, bem como dos segundo e terceiro ciclo de estudos, deixando o seu compromisso que continuarão a travar batalhas por um aumento da comparticipação e compromisso do Estado sobre estas matérias.

Os Representantes dos Estudantes no Conselho Geral:

Pr: Jorge Jacinto Oliveira

Alm. Vitor Vitor L

João Manuel Nogueira Rocha

Joana Ferreira Domingues

24

REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DE 27 DE JANEIRO DE 2020

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente ao ponto 3 dos Assuntos de iniciativa do Reitor, a saber: "Proposta de fixação do valor das propinas a praticar nos cursos conferentes de grau da UMinho para o ano letivo de 2020/2021", tendo votado favoravelmente na generalidade a proposta apresentada, declaro votar contra o articulado do ponto 4 concernente ao valor a pagar pelo/a estudante em caso de reinscrição num ciclo de estudos conferente do grau de mestre ou doutor pelo facto de aquele articulado propor um pagamento por trimestre. Com efeito, considera-se que é de elementar justiça o pagamento a realizar pelo/a estudante ser proporcional ao período de tempo efetivamente despendido, tendo proposto que este pagamento fosse proporcional aos dias decorridos desde o ato de reinscrição até à entrega da dissertação, estágio, trabalho de projeto ou tese. A proposta não foi acolhida.

Considera-se, ainda, que a redação do ponto 4 não se apresenta clara ao leitor, propondo uma nova redação para o mesmo. Neste sentido, em vez de "O valor das propinas a pagar pelo estudante que, para efeitos de conclusão da dissertação, estágio, trabalho de projeto ou tese, se reinscreva num ciclo de estudos conducente aos graus de mestre ou doutor seja proporcional ao número de meses decorridos até à entrega do respetivo trabalho, de acordo com o número correspondente de trimestres", considera-se que deverá ficar: "O valor das propinas a pagar pelo estudante que, para efeitos de conclusão da dissertação, estágio, trabalho de projeto ou tese, se reinscreva num ciclo de estudos conducente aos graus de mestre ou doutor seja proporcional ao número de trimestres decorridos até à entrega do respetivo trabalho."

A Conselheira,

Maria José Casa-Nova

(Maria José Casa-Nova)

